

ESCOLA PÚBLICA E ESCOLA PRIVADA NO BRASIL: DESIGUALDADES EDUCACIONAIS, INCLUSÃO E DISPUTAS DE SENTIDO NA FORMAÇÃO ESCOLAR

PUBLIC AND PRIVATE SCHOOLS IN BRAZIL: EDUCATIONAL INEQUALITIES, INCLUSION, AND DISPUTES OVER MEANING IN SCHOOLING PROCESSES

ESCUELA PÚBLICA Y ESCUELA PRIVADA EN BRASIL: DESIGUALDADES EDUCATIVAS, INCLUSIÓN Y DISPUTAS DE SENTIDO EN LA FORMACIÓN ESCOLAR

Maria Alice de Castro Alves¹
Lidiane da Costa Ribeiro²
Valda Lúcia de Souza de Deus Pinto³

RESUMO: Este artigo analisa criticamente a oposição entre escola pública e escola privada no contexto da educação básica brasileira, problematizando a ideia de que a escola privada oferece maior “base” para o ingresso no ensino superior e para o mercado de trabalho. parte-se da hipótese de que o desempenho escolar está fortemente associado a fatores extraescolares, como nível socioeconômico, capital cultural e acesso a recursos educacionais, e não exclusivamente à qualidade da instituição escolar. trata-se de um estudo qualitativo, de caráter teórico-analítico, fundamentado em revisão de literatura com ênfase em produções acadêmicas recentes. a análise evidencia que a aparente superioridade da escola privada se relaciona a condições estruturais prévias, enquanto a escola pública, apesar de suas limitações, desempenha papel central na promoção da equidade educacional, da inclusão e da formação cidadã. conclui-se que a avaliação da qualidade educacional deve considerar o contexto social mais amplo, evitando interpretações simplificadoras baseadas apenas em indicadores de desempenho.

1

Palavras-chave: Escola pública. Desigualdades educacionais. Inclusão.

ABSTRACT: This article critically analyses the opposition between public and private schools in the context of brazilian basic education, questioning the idea that private schools provide a stronger foundation for access to higher education and the labor market. The study is based on the hypothesis that academic performance is strongly associated with out-of-school factors, such as socioeconomic status, cultural capital, and access to educational resources, rather than solely with school quality. This is a qualitative, theoretical-analytical study grounded in a literature review with emphasis on recent academic research. The analysis shows that the apparent superiority of private schools is related to prior structural conditions, whereas public schools, despite their limitations, play a central role in promoting educational equity, inclusion, and citizenship formation. It is concluded that the evaluation of educational quality must consider the broader social context, avoiding reductionist interpretations based only on performance indicators.

Keywords: Public school. Educational inequalities. Inclusion.

¹Doutoranda em Educação pela Unifesp - Universidade Federal de São Paulo. Professora de Educação Básica na Rede Municipal de Mogi das Cruzes.

²Mestranda em Ciências Educacionais - Instituto Superior Americano de Ciências Sociais (ISICS). Professora de Educação Básica na Rede Municipal de Mogi das Cruzes.

³Pós-graduada em Neurociência pela Faculdade Brasil. Graduada em Educação Física pela UMC - Universidade de Mogi das Cruzes Professora de Educação Básica na Rede Municipal de Mogi das Cruzes.

RESUMEN: Este artículo analiza críticamente la oposición entre escuela pública y escuela privada en el contexto de la educación básica brasileña, cuestionando la idea de que la escuela privada ofrece una mayor “base” para el acceso a la educación superior y al mercado laboral. Se parte de la hipótesis de que el rendimiento escolar está fuertemente asociado a factores extraescolares, como el nivel socioeconómico, el capital cultural y el acceso a recursos educativos, y no exclusivamente a la calidad de la institución escolar. Se trata de un estudio cualitativo, de carácter teórico-analítico, basado en revisión de literatura con énfasis en producciones académicas recientes. El análisis evidencia que la aparente superioridad de la escuela privada se relaciona con condiciones estructurales previas, mientras que la escuela pública, a pesar de sus limitaciones, desempeña un papel central en la promoción de la equidad educativa, la inclusión y la formación ciudadana. Se concluye que la evaluación de la calidad educativa debe considerar el contexto social más amplio, evitando interpretaciones simplificadoras basadas únicamente en indicadores de desempeño.

Palabras clave: Escuela Pública. Desigualdades Educativas. Inclusión.

INTRODUÇÃO

O debate acerca da qualidade da educação básica no Brasil tem sido historicamente marcado por uma oposição recorrente entre escola pública e escola privada, frequentemente sustentada por uma lógica comparativa simplificadora. Nesse imaginário social, a escola privada tende a ser associada à excelência pedagógica, enquanto a escola pública é vinculada à precariedade e à ineficiência. Tal polarização, entretanto, desconsidera as condições históricas, sociais e econômicas que estruturam os sistemas educacionais e contribui para a naturalização das desigualdades educacionais (RIBEIRO LCQ e KOSLINSKI MC, 2010; ARROYO M, 2013).

Estudos contemporâneos têm demonstrado que parte significativa das diferenças de desempenho entre estudantes de escolas públicas e privadas está associada a fatores extraescolares, especialmente ao nível socioeconômico das famílias, ao capital cultural e às condições de acesso a recursos educacionais (ALVES MTG e SOARES JF, 2013). Dados do *Programme for International Student Assessment* (PISA) indicam que, no Brasil, estudantes de maior nível socioeconômico apresentam desempenho significativamente superior aos estudantes em situação de vulnerabilidade, evidenciando a forte correlação entre desigualdade social e desigualdade educacional (BRASIL, 2020).

Nesse contexto, a ideia de que a escola privada oferece “mais base” para o ingresso no ensino superior e para o mercado de trabalho precisa ser problematizada. Tal argumento, frequentemente presente no senso comum, tende a atribuir à instituição escolar um desempenho que, em grande medida, resulta de vantagens estruturais prévias, como acesso a

bens culturais, redes de apoio, cursos complementares e condições materiais favoráveis ao estudo (ALVES MTG e SOARES JF, 2013). Assim, o que se apresenta como mérito escolar pode, na realidade, refletir processos mais amplos de reprodução de desigualdades sociais.

Além disso, a crescente influência de políticas educacionais orientadas por princípios de performatividade e responsabilização tem contribuído para a consolidação de uma lógica na qual a qualidade da educação é medida prioritariamente por indicadores de desempenho, rankings e resultados em avaliações padronizadas (FREITAS LC, 2012). Essa racionalidade tende a reduzir a complexidade do processo educativo, privilegiando dimensões mensuráveis em detrimento da formação humana, da inclusão e da diversidade.

A questão da inclusão escolar, especialmente no que se refere aos estudantes neuroatípicos, evidencia de forma significativa essas tensões. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva em todas as redes de ensino, pesquisas apontam que a efetivação desse direito ainda enfrenta desafios importantes, sobretudo quando depende de recursos externos ou da capacidade financeira das famílias (PLETSCH MD, 2014; GLAT R, 2018). Nesses casos, a inclusão tende a assumir características de serviço complementar, e não de direito garantido institucionalmente.

Paralelamente, as relações sociais no espaço escolar são atravessadas por marcadores de classe social, consumo e capital cultural, que influenciam processos de pertencimento e exclusão. Estudos indicam que práticas de bullying não podem ser compreendidas apenas como comportamentos individuais, mas como fenômenos sociais relacionados a dinâmicas de poder e distinção simbólica (PAULA E SILVA JMA e SALLES LMF, 2010). Em ambientes educacionais marcados por maior homogeneidade socioeconômica, a centralidade do consumo tende a intensificar esses processos.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar criticamente a escolha pela escola pública no Ensino Fundamental II, compreendendo-a não como ausência de alternativas, mas como posicionamento pedagógico, social e político. Parte-se da hipótese de que, apesar de suas limitações estruturais, a escola pública pode constituir um espaço privilegiado para a efetivação da educação como direito social, para a promoção da inclusão e para a formação de sujeitos críticos em contextos de diversidade.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter teórico-analítico, fundamentado em revisão de literatura e análise crítica de produções acadêmicas no campo da educação. O artigo está organizado em seções que abordam a educação como bem público, os

modelos educacionais em disputa, as relações entre desigualdade social e bullying escolar, os desafios da inclusão e o papel da formação docente na construção de uma educação comprometida com a cidadania.

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS, INCLUSÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE CRÍTICA DOS MODELOS ESCOLARES

A compreensão da educação como direito social constitui um dos fundamentos centrais das políticas educacionais contemporâneas, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades sociais. No entanto, evidências empíricas indicam que o sistema educacional brasileiro ainda opera sob forte influência de fatores socioeconômicos, os quais impactam diretamente o desempenho escolar e a trajetória dos estudantes (ALVES MTG e SOARES JF, 2013).

Estudos baseados em dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) demonstram que o nível socioeconômico dos estudantes apresenta correlação significativa com o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, reforçando a hipótese de que a desigualdade educacional não pode ser explicada apenas por variáveis escolares, mas deve ser compreendida como expressão de desigualdades sociais mais amplas (DE LIMA IR, et al., 2025).

Nesse contexto, a ideia amplamente difundida de que a escola privada oferece “mais base” para o ingresso no ensino superior e para o mercado de trabalho precisa ser analisada de forma crítica. Tal discurso tende a atribuir à escola um desempenho que, na realidade, está fortemente associado a fatores extraescolares, como o capital cultural das famílias, o acesso a bens simbólicos e materiais e as condições de estudo fora do ambiente escolar (SOARES JF e COLLARES ACM, 2006; ALVES MTG e SOARES JF, 2013).

Pesquisas indicam que a presença de livros em casa, o nível de escolaridade dos pais e o ambiente cultural familiar são variáveis altamente correlacionadas com o desempenho acadêmico dos estudantes, evidenciando que a escola não atua isoladamente na produção dos resultados educacionais (SOARES JF e COLLARES ACM, 2006).

Dessa forma, mesmo quando estudantes de baixa renda ingressam em escolas privadas por meio de bolsas, persistem desigualdades significativas no acesso a recursos complementares, como cursos extracurriculares, apoio pedagógico especializado, atividades culturais e redes de sociabilidade que influenciam diretamente suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Esse fenômeno evidencia que a igualdade de acesso à escola não garante, por si

só, igualdade de oportunidades, uma vez que as condições sociais de origem continuam a exercer forte influência sobre os percursos educacionais (GOMES S, 2021).

Além disso, estudos sobre desigualdades educacionais no Brasil indicam que a escola possui capacidade limitada de compensar as diferenças de origem social dos estudantes, sobretudo em contextos de alta desigualdade estrutural. Nesse sentido, a escola tende a reproduzir, ainda que parcialmente, as desigualdades existentes, ao invés de neutralizá-las completamente (RIBEIRO LCQ e KOSLINSKI MC, 2010).

Outro aspecto relevante refere-se à lógica de funcionamento das instituições escolares. Em escolas privadas, observa-se maior incidência de práticas orientadas por desempenho, avaliação constante e preparação para exames seletivos, o que pode favorecer resultados em avaliações padronizadas. No entanto, tais práticas frequentemente estão associadas a contextos sociais mais favorecidos e a estudantes com maior disponibilidade de tempo e recursos, o que dificulta a generalização desses resultados como evidência de superioridade pedagógica (ALVES MTG e SOARES JF, 2013).

Por outro lado, a escola pública, ao atender majoritariamente estudantes de diferentes contextos socioeconômicos, assume um papel central na promoção da equidade educacional. Embora enfrente desafios estruturais, sua função social vai além da preparação para exames, envolvendo a formação cidadã, a inclusão e a garantia do direito à educação para todos (ERNICA M e RODRIGUES EC, 2020).

No que se refere às relações sociais no espaço escolar, estudos indicam que práticas de exclusão, como o bullying, estão frequentemente associadas a dinâmicas de distinção social, nas quais características relacionadas ao consumo, à aparência e ao estilo de vida são utilizadas como critérios de pertencimento ou exclusão (PAULA E SILVA JMA e SALLES LMF, 2010). Essas dinâmicas tendem a ser intensificadas em contextos de maior homogeneidade socioeconômica, nos quais pequenas diferenças podem assumir grande relevância simbólica.

Assim, a análise dos modelos educacionais em disputa evidencia que a aparente superioridade da escola privada não pode ser compreendida de forma isolada, desvinculada das condições sociais que estruturam o acesso e a permanência dos estudantes nesses espaços. Ao contrário, os dados sugerem que o desempenho escolar e as oportunidades futuras estão fortemente condicionados por fatores sociais, econômicos e culturais, o que reforça a necessidade de compreender a educação como parte de um sistema mais amplo de produção e reprodução das desigualdades.

A temática da inclusão escolar, especialmente no que se refere aos estudantes público-alvo da educação especial, tem ocupado lugar central no debate educacional brasileiro, sendo amplamente respaldada por marcos legais e políticas públicas. No entanto, estudos indicam que a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios significativos no cotidiano das escolas, sobretudo no que diz respeito à articulação entre políticas, práticas pedagógicas e condições institucionais (PLETSCH MD, 2014; GLAT R, 2018; MENDES EG, 2010).

Pesquisas apontam que, embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, sua implementação ocorre de maneira desigual entre as redes de ensino. Em muitos casos, observa-se que o atendimento a estudantes com deficiência ou outras especificidades educacionais ainda depende de recursos externos, como acompanhamento especializado privado, o que pode comprometer o princípio da equidade educacional (MENDES EG, 2010).

Nesse cenário, a distinção entre inclusão como direito e inclusão como serviço torna-se particularmente relevante. Enquanto a escola pública está juridicamente vinculada à garantia desse direito, a escola privada, em diversos casos, opera sob uma lógica na qual o atendimento especializado é condicionado à capacidade financeira das famílias. Estudos destacam que essa dinâmica contribui para a reprodução de desigualdades, uma vez que o acesso a recursos complementares continua sendo distribuído de forma desigual (PLETSCH MD, 2014).

6

Além disso, a literatura evidencia que a inclusão escolar não se limita à presença física do estudante em sala de aula, mas envolve transformações profundas nas práticas pedagógicas, na organização curricular e na cultura institucional das escolas. Nesse sentido, a formação docente emerge como elemento central para a efetivação de práticas inclusivas, uma vez que professores preparados tendem a desenvolver estratégias mais adequadas à diversidade dos estudantes (MENDES EG, 2010; PLETSCH MD, 2014).

A formação docente, por sua vez, tem sido apontada como um dos principais desafios da educação básica no Brasil. Estudos indicam que, apesar dos avanços na formação inicial, persistem lacunas na formação continuada, especialmente no que se refere ao trabalho com a diversidade e à educação inclusiva (GATTI BA, 2010). Essas lacunas impactam diretamente a capacidade das escolas de responder às demandas de estudantes com diferentes perfis e necessidades. Por outro lado, pesquisas também evidenciam que professores da rede pública, devido à sua experiência em contextos de maior heterogeneidade social, tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais flexíveis e adaptativas, ainda que enfrentem condições de trabalho adversas (TARDIF M, 2014; NÓVOA A, 2009). Essa experiência cotidiana com a diversidade

contribui para a construção de um olhar pedagógico mais sensível às singularidades dos estudantes.

No que se refere à convivência com a diversidade, estudos apontam que o ambiente escolar desempenha papel fundamental na construção de valores relacionados à empatia, ao respeito e à cidadania. A presença de estudantes com diferentes origens sociais, culturais e econômicas favorece a construção de experiências formativas que ultrapassam o domínio cognitivo, contribuindo para o desenvolvimento de competências sociais e éticas (CANEN A e XAVIER GPM, 2011).

Além disso, a literatura indica que a diversidade no espaço escolar pode contribuir para a redução de visões estigmatizadas e preconceituosas, desde que mediada por práticas pedagógicas intencionais e por uma cultura institucional comprometida com a inclusão (CANEN A e XAVIER GPM, 2011). Nesse sentido, a escola pública, por sua própria configuração, apresenta potencial significativo para a promoção de uma educação voltada à convivência democrática.

No entanto, é importante destacar que a presença da diversidade, por si só, não garante práticas inclusivas. Estudos demonstram que, em contextos onde não há mediação pedagógica adequada, a diversidade pode também dar origem a conflitos, exclusões e práticas discriminatórias, como o bullying (PAULA E SILVA JMA e SALLES LMF, 2010). Dessa forma, a atuação da escola torna-se fundamental na construção de um ambiente que valorize a diferença e promova o respeito mútuo.

A análise integrada desses elementos permite compreender que a disputa entre escola pública e escola privada não pode ser reduzida a indicadores de desempenho ou infraestrutura. Trata-se de modelos educacionais que operam sob lógicas distintas, com implicações diretas para a inclusão, a formação docente e a construção da cidadania. Nesse contexto, a escola pública, apesar de seus desafios estruturais, mantém um papel central na promoção da equidade educacional e na formação de sujeitos críticos em uma sociedade marcada por profundas desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar criticamente a oposição entre escola pública e escola privada no contexto da educação básica brasileira, evidenciando que essa dicotomia, frequentemente apresentada de forma simplificada, desconsidera as condições sociais,

econômicas e culturais que influenciam diretamente o desempenho escolar e as trajetórias educacionais dos estudantes.

Os resultados da análise indicam que a ideia de que a escola privada oferece maior “base” para o ingresso no ensino superior e para o mercado de trabalho está fortemente associada a fatores extraescolares, como o nível socioeconômico das famílias, o capital cultural e o acesso a recursos complementares. Dessa forma, o desempenho acadêmico não pode ser atribuído exclusivamente à instituição escolar, uma vez que reflete desigualdades estruturais mais amplas.

No que se refere à inclusão escolar, observou-se que, embora haja avanços significativos no campo das políticas públicas, sua efetivação ainda ocorre de maneira desigual entre as redes de ensino. A análise evidenciou que a escola pública, apesar de suas limitações estruturais, apresenta maior compromisso institucional com a garantia do direito à educação, enquanto, em muitos casos, a escola privada opera sob uma lógica na qual o atendimento especializado depende de recursos adicionais das famílias.

A formação docente e a convivência com a diversidade também se destacaram como elementos centrais na compreensão da qualidade educacional. Verificou-se que a experiência em contextos socialmente heterogêneos pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais flexíveis e inclusivas, favorecendo a construção de ambientes escolares voltados à formação cidadã e à valorização das diferenças.

Diante desses aspectos, conclui-se que a análise da qualidade da educação não pode ser reduzida a indicadores de desempenho ou a comparações superficiais entre redes de ensino. É necessário considerar a educação como um fenômeno complexo, inserido em um contexto social mais amplo, no qual fatores estruturais exercem influência significativa sobre os resultados educacionais.

Por fim, destaca-se a importância de fortalecer a escola pública como espaço estratégico para a promoção da equidade educacional e da formação de sujeitos críticos. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das relações entre desigualdade social, políticas educacionais e trajetórias escolares, especialmente por meio de estudos empíricos que permitam compreender de forma mais detalhada os impactos dessas variáveis no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALVES MTG, SOARES JF. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educação e Pesquisa*, 2013; 39(1): 177-194.

- ARROYO MG. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasil no Pisa 2018. Brasília: INEP, 2020.
- CANEN A, XAVIER GPM. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, 2011; 16(48): 641-661.
- DE LIMA IR, GOMES VF, ESTRELA EN, DE SOUSA MAF, MARINHO IC, DA SILVA JB, VIDAL EM. Desigualdades socioeconômicas e a influência na aprendizagem: uma análise do contexto cearense sob a perspectiva de Bourdieu. *ARACÊ*, 2025; 7(1): 3934-3957
- ERNICA M, RODRIGUES EC. Desigualdades educacionais em metrópoles: território, nível socioeconômico, raça e gênero. *Educação & Sociedade*, 2020; 41: e225211.
- FREITAS LC. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, 2012; 33(119): 379-404.
- GATTI BA. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação & Sociedade*, 2010; 31(113): 1355-1379.
- GLAT R. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2018; 24(spe): 9-20.
- GOMES S. Equidade para superar desigualdades: desafios da escola pública em contexto de alta desigualdade social. *Educação & Sociedade*, 2021; 42: e249386.
- MENDES EG. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, 2010; 22(57): 93-109.
- NÓVOA A. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.
- PAULA E SILVA JMA, SALLES LMF. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. *Educar em Revista*, 2010; número especial 2: 217-232.
- PLETSCH MD. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. *Póiesis Pedagógica*, 2014; 12(1): 7-26.
- RIBEIRO LCQ, KOSLINSKI MC. Desigualdades urbanas e desigualdades educacionais: a produção da escola pública nas metrópoles brasileiras. *Educação & Sociedade*, 2010; 31(113): 1323-1349.
- SOARES JF, COLLARES ACM. Recursos familiares e o desempenho cognitivo dos alunos do ensino básico brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 2006; 49(3): 615-650.
- TARDIF M. Saberes docentes e formação profissional. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014; 325p.